

Seção 1

Não houve publicação

Seção 2

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CASA CIVIL

PORTARIAS DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

O **MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto no 8.821, de 26 de julho de 2016, resolve

Nº 1.891 - EXONERAR RENATO DANTAS DE ARAUJO do cargo de Secretário-Geral de Administração da Advocacia-Geral da União, código DAS 101.6.

Nº 1.892 - EXONERAR GERSON MAZZAFERRO SILVEIRA do cargo de Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União, código DAS 101.5, a partir de 19 de setembro de 2016.

Nº 1.893 - NOMEAR MARIA APARECIDA ARAÚJO DE SIQUEIRA, para exercer o cargo de Secretária-Geral de Administração da Advocacia-Geral da União, código DAS 101.6, ficando exonerada do que atualmente ocupa.

Nº 1.894 - NOMEAR REJANE VALERIA CHAVES DE CASTRO, para exercer o cargo de Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União, código DAS 101.5, ficando exonerada do que atualmente ocupa.

ELISEU LEMOS PADILHA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 565, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

A **ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XVIII do art. 4º, e o § 2º do art. 3º, ambos da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, e suas alterações, e na Portaria AGU nº 463, de 12 de dezembro de 2013, bem como o Processo Administrativo nº 00410.018302/2016-88, Considerando que, nos termos do art. 131 da Constituição Federal, compete à Advocacia-Geral da União a representação judicial da União e seus órgãos, resolve: Art. 1º Designar "ad hoc" os Advogados da União, Dr. Dickson Argenta de Sousa e Dr. João Batista Vilela Toledo, para, em conjunto ou isoladamente, promoverem, no que couber, a representação judicial do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público nos autos da Ação Popular nº 0038320- 80.2016.4.01.3400, em curso na 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, com as prerrogativas constantes da Lei Complementar nº 73/93, especialmente no seu art. 38. Art. 2º No exercício da representação judicial ora designada, os referidos Advogados da União deverão reportar-se aos Presidentes dos Conselhos. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 447, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O **SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria AGU nº 444, de 12 de julho de 2016, publicada no DOU de 13 de julho de 2016, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 00692.006263/2016-57, resolve: DISPENSAR MARLI FERNANDES BATISTA, Arquivista, matrícula Siape nº 6072962, da Função Comissionada Técnica, código FCT-05, da Coordenação de Compras, Licitações e Contratos da Superintendência de Administração no Distrito Federal.
RENATO DANTAS DE ARAUJO

PORTARIA Nº 448, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O **SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria AGU nº 444, de 12 de julho de 2016, publicada no DOU de 13 de julho de 2016, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 00692.006263/2016-57, resolve: DESIGNAR MARIA DA SAUDE SOUZA URCINO, Datilógrafa, matrícula Siape nº 6094715, para exercer a Função Comissionada Técnica, código FCT-05, da Coordenação de Compras, Licitações e Contratos da Superintendência de Administração no Distrito Federal.
RENATO DANTAS DE ARAUJO

PORTARIA Nº 453, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

O **SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria AGU nº 444, de 12 de julho de 2016, publicada no DOU de 13 de julho de 2016, e considerando o que consta no processo administrativo nº 00406.000762/2016-19, resolve: NOMEAR VLADIA POMPEU SILVA, Procuradora da Fazenda Nacional, matrícula Siape nº 2556963, para exercer o cargo em comissão de Coordenador, código DAS 101.3, do Gabinete do Corregedor-Geral da Advocacia da União.
RENATO DANTAS DE ARAUJO

SECRETARIA-GERAL DE CONSULTORIA

PORTARIA Nº 572, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O **SECRETÁRIO-GERAL DE CONSULTORIA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria AGU nº 444, de 12 de julho de 2016, publicada no DOU de 13 de julho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando o que consta no processo administrativo nº 00404.003853/2016-26, resolve DECLARAR A VACÂNCIA do cargo efetivo de Advogado da União ocupado por DANIEL PINHEIRO DE CARVALHO, matrícula Siape nº 1742593, código da vaga nº 80002, a contar de 23 de agosto de 2016, em virtude de posse em outro cargo inacumulável.
PAULO HENRIQUE KUHN

PORTARIA Nº 573, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O **SECRETÁRIO-GERAL DE CONSULTORIA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 444/AGU, de 12 de julho de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00405.007500/2016-95, resolve NOMEAR FERNANDA MENEZES PEREIRA, Advogada da União, matrícula Siape nº 1742314, para exercer o cargo em comissão de Coordenador, código DAS 101.3, do Departamento Internacional da Procuradoria-Geral da União.
PAULO HENRIQUE KUHN

SEÇÃO 3

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2016 - UASG 110061

Número do Contrato: 53/2012. Nº Processo: 00549000500201204. PREGÃO SISPP Nº 37/2012. Contratante: ADVOCACIA GERAL DA UNIAO -CNPJ Contratado: 15001655000151. Contratado: EFATA SOLUCOES TECNICAS LTDA - EPPObjeto: Prorrogar a vigência contratual por mais 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Inciso II, do Artigo 57, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 01/08/2016 a 31/07/2017. Valor Total: R\$104.586,36. Fonte: 100000000 - 2016NE800222. Data de Assinatura: 29/07/2016.

(SICON - 16/09/2016) 110161-00001-2016NE000096

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO EM PERNAMBUCO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2016 - UASG 110096

Número do Contrato: 25/2012. Nº Processo: 00587000856201283. PREGÃO SISPP Nº 32/2012. Contratante: SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRAÇÃO EM PERNAMBUCO - SAD/P. CNPJ Contratado: 29739737003713. Contratado: ELEVADORES OTIS LTDA -Objeto: Prorrogar por 12(doze) meses o prazo de vigência e proceder o reajuste contratual. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 atualizada. Vigência: 27/09/2016 a 27/06/2017. Valor Total: R\$15.719,50. Fonte: 100000000 - 2016NE800160. Data de Assinatura: 16/09/2016.

(SICON - 16/09/2016) 110161-00001-2016NE000096

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2016 - UASG 110161

Número do Contrato: 60/2012. Nº Processo: 00400007044201208. PREGÃO SISPP Nº 45/2012. Contratante: ADVOCACIA GERAL DA UNIAO -CNPJ Contratado: 03056608000126. Contratado: J & M COMERCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMA. Objeto: Prorrogar a vigência contratual por mais 12(doze) meses. Fundamento Legal: inciso II, do Artigo 57, da lei 8.666/93. Vigência: 20/09/2016 a 19/09/2017. Valor Total: R\$48.240,00. Fonte: 100000000 - 2016NE800149. Data de Assinatura: 09/09/2016.

(SICON - 16/09/2016) 110161-00001-2016NE000096

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 23/2016 UASG 110161

Nº Processo: 00676001046201679. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Companhia Seguradora para a prestação dos serviços de seguro total de 01 (um) veículo tipo Van Furgão de carga, 02 (dois) veículos tipo van para o transporte de passageiros e 10 (dez) veículos de passeio de propriedade da Advocacia-Geral da União, durante o período de 12 (doze) meses conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 19/09/2016 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h59. Endereço: Sig Quadra 06 Lote 800 BRASILIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/110161-05-23-2016. Entrega das Propostas: a partir de 19/09/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 29/09/2016 às 10h30 n site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O edital encontra-se nos sites: www.comprasnet.gov.br e www.agu.gov.br

CRISTINA SOUZA BRAZ

Pregoeira

(SIDECA - 16/09/2016) 110161-00001-2016NE000096

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

EDITAL ESAF Nº 71, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

A **DIRETORA-GERAL, SUBSTITUTA, DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA**, no uso de suas atribuições, considerando o Acordo de Cooperação celebrado com a Advocacia-Geral da União e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao disposto no item 13 do Edital CSAGU nº 52/2015, regulador do concurso público para provimento de cargos de Procurador da Fazenda Nacional, **RESOLVE**, em consequência, **INCLUIR** no anexo do Edital ESAF nº 68, de 15/09/2016, publicado no DOU de 16/09/2016, a lista abaixo contendo os pontos do programa de cada uma das disciplinas que compõem a prova oral do concurso público supracitado.

LAURA RODRIGUES RABELO

ANEXO

Cargo: Procurador da Fazenda Nacional

PONTOS PROVA ORAL DIREITO ADMINISTRATIVO

PONTO 1: 1. Direito administrativo como direito público. Objeto do direito administrativo. 11. Licitações - Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão (pregão eletrônico e presencial). 13. Poder de polícia: conceito; polícia judiciária e polícia administrativa; liberdades públicas e poder de polícia. Ciclo de Polícia. 23. Regime jurídico: servidor público estatutário, empregado público e ocupante de cargo em comissão. 27. Estrutura e funcionamento da Advocacia- Geral da União, do Ministério da Fazenda e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Lei Complementar nº 73, de 10/02/1993. Decreto-Lei nº 147, de 3/02/1967. PONTO 2: 2. Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material. 11. Licitações (concorrência e tomada de preços). 14. Serviços públicos: conceito, princípios, formas de prestação, classificação; concessão, permissão e autorização (Lei nº 8.987, de 13/02/1995). 23. Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis. 28. Advocacia pública consultiva. Aspectos de responsabilidade do parecerista pelas manifestações exaradas, e do administrador público, quando age em acordo, e quando age em desacordo com tais manifestações. PONTO 3: 3. Fontes do direito administrativo: doutrina e jurisprudência na formação do direito administrativo. Lei formal. Regulamentos administrativos, estatutos e regimentos; instruções; princípios gerais; tratados internacionais; costume. 11. Licitações (fases: edital, habilitação e julgamento). 15. Parcerias Público- Privadas (Lei nº 11.079, de 30/12/2004 e alterações). 24. Lei nº 8.112, de 11/12/1990 (processo administrativo disciplinar e sindicância). 29. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171, de 22/06/1994 e Decreto nº 6.029, de 01/02/2007). PONTO 4: 4. Ausência de competência: agente de fato. 11. Decreto nº 6.170, de 25/07/2007 e alterações. Portaria Interministerial nº 507, de 24/11/2011. 16. Bens públicos: classificação e caracteres jurídicos. Natureza jurídica do domínio público. 25. Improbidade administrativa. 30. Regime Diferenciado de Contratações Públicas (Lei nº 12.462, de 05/08/2011 e alterações). PONTO 5: 5. Hierarquia. Poder hierárquico e suas manifestações. 11. Contratações sustentáveis (Decreto nº 7.746/2012) e prazo de duração dos contratos. 17. Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso; ocupação; aforamento; concessão de domínio pleno. 24. Lei nº 8.112, de 11/12/1990 (processo administrativo disciplinar e sindicância). 31. Processo Administrativo de Responsabilização - PAR (Lei nº 12.846/2013 e Decreto nº 8.420/2015). PONTO 6: 6. Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. Administração pública direta e indireta. 11. Contratos (alterações contratuais). 18. Controle interno e externo da administração pública. 24. Lei nº 8.112, de 11/12/1990 (formas de provimento). 32. Acesso à informação no âmbito da Administração Pública (Lei nº 12.527/2011 e Decreto nº 7.724/2012). PONTO 7: 7. Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. Formação do ato administrativo: elementos;

procedimento administrativo. 11. Contratos (rescisão contratual). 19. Controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro. 20. Tomada de contas ordinária e especial. 24. Lei nº 8.112, de 11/12/1990 (concurso público, estabilidade e disponibilidade). PONTO 8: 8. Ato administrativo: validade, eficácia e autoexecutoriedade. Classificação. Mérito do ato administrativo: discricionariedade. 11. Contratos (reequilíbrio econômico-financeiro do contrato). 20. Tribunal de Contas da União e suas atribuições. 21. Responsabilidade civil, penal e administrativa do servidor. 24. Lei nº 8.112, de 11/12/1990 (licenças e afastamentos). PONTO 9: 6. Terceiro setor (Leis 8.958/94, 9.790/1999 e 13.019/2014 e respectivas alterações.). 9. Teoria das nulidades no direito administrativo. Vícios do ato administrativo. Ato administrativo nulo, anulável e inexistente. Teoria dos motivos determinantes. 11. Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. 21. Responsabilidade civil do Estado e dos prestadores de serviços públicos: evolução, conceito e teorias. Ação e omissão. 23. Regime jurídico: servidor público estatutário (aposentadoria e pensão). PONTO 10: 10. Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. 11. Licitações (obras e serviços de engenharia). 12. Sistema de Registro de Preços. 22. Agentes públicos: classificação; preceitos constitucionais. 26. Procedimento administrativo. Instância administrativa. Representação e reclamação administrativas. Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio. Prescrição administrativa. DIREITO CIVIL Ponto 1: 1. Aplicação da lei no tempo e no espaço. 2. Interpretação e integração da lei. 3. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 04/09/1942). Ponto 2: 4. Pessoas naturais e jurídicas: capacidade; começo da personalidade e da existência legal; extinção; domicílio. 42. Registros públicos. Ponto 3: 5. Bens considerados em si mesmos; reciprocamente considerados; considerados em relação ao titular da propriedade. 6. Bens quanto a possibilidade de comercialização. 7. Bens de família legal e bem de família convencional. 42. Registros públicos. escrito. 10. Negócio jurídico: elementos essenciais gerais e particulares; elementos acidentais; defeitos; forma e prova; nulidade e anulabilidade. 20. Defeitos do negócio jurídico: erro ou ignorância, dolo, coação, estado de perigo, lesão e fraude contra credores. 42. Registros públicos. Ponto 5: 12. Prescrição e decadência. 34. Prescrição e decadência: causas de impedimento, suspensão e interrupção; prazos. 41. Disposições finais e transitórias do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10/01/2002). Ponto 6: 13. Posse: conceito, classificação, aquisição, perda; efeitos e proteção. 14. Aquisição e perda da propriedade móvel e imóvel. 15. Usucapião especial urbana e rural. 16. Modalidade de condomínio. 17. Direitos reais sobre coisa alheia: de fruição, de garantia e de aquisição. 38. Posse: classificação, aquisição, efeitos e perda. 39. Propriedade: classificação, aquisição, efeitos e perda. 40. Direitos reais. 42. Registros públicos. Ponto 7: 18. Obrigações: modalidades; modos de extinção (pagamento direto e pagamento indireto); extinção da obrigação sem pagamento; execução forçada por intermédio do Poder Judiciário; consequências da inexecução da obrigação por fato imputável ao devedor (mora, perda e danos e cláusula penal); transmissão (cessão de crédito, cessão de débito e cessão do contrato). 32. Obrigação por declaração unilateral de vontade: promessa de recompensa, gestão de negócios, pagamento indevido e enriquecimento sem causa e títulos de crédito. 42. Registros públicos. Ponto 8: 19. Contratos em geral: requisitos de validade, princípios, formação, classificação; efeitos em relação a terceiros; efeitos particulares (direito de retenção, exceptio non adimpleti contractus, vícios redibitórios, evicção e arras; extinção da relação contratual. 21. Compra e Venda. 22. Troca. 23. Doação. 24. Locação de coisa móvel e imóvel. 25. Prestação de Serviços. 26. Empreitada. 27. Empréstimo: mútuo e comodato. 28. Depósito. 29. Mandato. 30. Seguro. 31. Fiança. 42. Registros públicos. Ponto 9: 11. Ato ilícito. 33. Obrigações por ato ilícito. 35. Responsabilidade civil: conceito, pressupostos, espécies e efeitos. 36. Responsabilidade civil do fornecedor pelos produtos fabricados e pelos serviços prestados. 37. Responsabilidade civil por dano causado ao meio ambiente e a bens diretos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico. DIREITO CONSTITUCIONAL: Ponto 1: 1. História Constitucional do Brasil. 2. Constituição: conceito e classificação. 3. Poder constituinte; poder constituinte estadual: autonomia e limitações. 4. Normas constitucionais: classificação; valores; princípios; regras; sopesamento. 5. Preâmbulo,

normas constitucionais programáticas e princípios constitucionais: natureza jurídica. 6. Hermenêutica constitucional. 7. Constitucionalismo atual; neoconstitucionalismo; ativismo judicial. 57. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Ponto 2: 10. Controle de constitucionalidade: direito comparado. 11. Controle de constitucionalidade: sistema brasileiro. Evolução histórica. 12. Inconstitucionalidade: efeito. 13. Inconstitucionalidade por omissão. 14. Ação direta de inconstitucionalidade: origem, evolução e estado atual. 15. Ação declaratória de constitucionalidade. 16. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Ponto 3: 9. República e federação no direito constitucional em geral. 17. Dos princípios fundamentais: República, Federação, Estado Democrático de Direito (fundamentos doutrinários), fundamentos e objetivos da República, princípios fundamentais das relações internacionais. 18. Da declaração de direitos: histórico; teoria jurídica e teoria política. 8. Direitos Humanos. Ponto 4: Direitos e garantias individuais e coletivos: direitos explícitos e implícitos; classificação dos direitos explícitos. 21. Princípio da legalidade. 22. Princípio da isonomia. 23. Regime constitucional da propriedade. 24. Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. 25. Liberdades constitucionais. Ponto 5: 28. Estado federal: conceito e sistemas de repartição de competência; direito comparado. 29. Federação brasileira: características, discriminação de competência na Constituição de 1988. 30. União: bens e competências. 31. Estado-membro: bens, competências e autonomia. 32. Municípios: bens, competência e autonomia. 33. Intervenção Federal nos Estados, Distrito Federal e Territórios; intervenção nos Municípios. Ponto 6: 34. Administração pública: princípios constitucionais. 35. Servidores públicos: princípios constitucionais. 36. Organização dos Poderes: mecanismos de freios e contrapesos. 38. Poder Executivo: presidencialismo e parlamentarismo; Ministro de Estado. 39. Presidente da República: poder regulamentar; medidas provisórias. 40. Crimes de responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado. Ponto 7: 56. Interesses difusos e coletivos. Direitos sociais e sua efetivação. 27. Princípios constitucionais do trabalho. 20. Direitos políticos e partidos políticos; processo eleitoral. 37. Poder Legislativo: organização; atribuições; processo legislativo. Ponto 8: 41. Poder Judiciário: organização; estatuto constitucional da magistratura. 42. Supremo Tribunal Federal: organização e competência; jurisdição constitucional no direito brasileiro e no direito comparado. 43. Superior Tribunal de Justiça: organização e competência. 44. Justiça federal: organização e competência. 45. Justiça do Trabalho: organização e competência. 46. Ministério Público: princípios constitucionais. Ponto 9: 47. Advocacia-Geral da União: representação judicial e extrajudicial da União; consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo; organização e funcionamento. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional: competência constitucional. 48. Representação judicial e consultoria jurídica dos Estados e do Distrito Federal. 49. Advocacia e Defensoria Pública. 50. Defesa do Estado e das instituições democráticas; Estado de Defesa e Estado de Sítio. Ponto 10: 51. Sistema Tributário Nacional. 52. Limitações constitucionais do poder de tributar. 53. Orçamento e finanças públicas. 54. Ordem econômica e ordem financeira: princípios gerais; princípios constitucionais da ordem econômica; intervenção do Estado no domínio econômico. 55. Ordem Social: princípios gerais; seguridade social; previdência social; assistência social. DIREITO EMPRESARIAL Ponto 1: Direito empresarial: origem, evolução histórica, autonomia, fontes e características. Teoria da empresa. Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404, de 15/12/1976) Ponto 2: Sociedade empresária: classificação e características. Sociedades não personificadas, sociedade comum e em conta de participação; sociedades personificadas, sociedade simples, em nome coletivo, em comandita simples, limitada, anônima, em comandita por ações, cooperativa e coligadas Nome empresarial: natureza, espécies, características e requisitos legais Ponto 3: O estabelecimento: conceito, natureza e sucessão. Falência. Recuperação judicial e extrajudicial. Intervenção e Liquidação extrajudicial Ponto 4: Liquidação, transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades. Sociedade dependente de autorização. Contratos de Empresas: noções, requisitos, classificação, formação, meios de provas, contratos de compra e venda e de prestação de serviços, contratos de conta corrente, de abertura de crédito, de alienação e contrato de "leasing". Ponto 5: Registro de empresas Responsabilidade dos Sócios e Administradores.

Desconsideração da personalidade jurídica Ponto 6: Falência. Recuperação judicial e extrajudicial. Intervenção e Liquidação extrajudicial. Empresário: classificação; caracterização; inscrição; capacidade; requisitos necessários, impedimentos, direitos e de veres em face da legislação vigente, empresa Individual de Responsabilidade Limitada Ponto 7: Títulos de crédito Empresário: classificação; caracterização; inscrição; capacidade; requisitos necessários, impedimentos, direitos e de veres em face da legislação vigente, empresa Individual de Responsabilidade Limitada Ponto 8: Contratos de Empresas: noções, requisitos, classificação, formação, meios de provas, contratos de compra e venda e de prestação de serviços, contratos de conta corrente, de abertura de crédito, de alienação e contrato de "leasing". Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404, de 15/12/1976) Ponto 9: O estabelecimento: conceito, natureza e sucessão Sociedade empresária: classificação e características. Sociedades não personificadas, sociedade comum e em conta de participação; sociedades personificadas, sociedade simples, em nome coletivo, em comandita simples, limitada, anônima, em comandita por ações, cooperativa e coligadas. Ponto 10: Responsabilidade dos Sócios e Administradores. Desconsideração da personalidade jurídica. Liquidação, transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades. Sociedade dependente de autorização. DIREITO FINANCEIRO E ECONÔMICO Ponto 1: Finanças públicas na Constituição de 1988. Orçamento. Conceito e espécies. Natureza jurídica. Princípios orçamentários. Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos. Disciplina constitucional e legal dos precatórios. Ponto 2: Normas gerais de direito financeiro (Lei nº 4.320, de 17/3/1964). Despesa pública. Conceito e classificação. Princípio da legalidade. Técnica de realização da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento. Receita pública. Conceito. Ingressos e receitas. Classificação: receitas originárias e receitas derivadas. Preço público e sua distinção com a taxa. Ponto 3: Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000). Ponto 4: Crédito público. Conceito. Empréstimos públicos: classificação, fases, condições, garantias, amortização e conversão. Dívida pública: conceito, disciplina constitucional, classificação e extinção. Ponto 5: Dívida ativa da União de natureza tributária e não tributária. Ponto 6: Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964). Norma Antitruste. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica. Ponto 7: Ordem constitucional econômica: princípios gerais da atividade econômica. Ordem jurídico-econômica. Conceito. Ordem econômica e regime político. Intervenção do Estado no domínio econômico. Liberalismo e intervencionismo. Modalidades de intervenção. Intervenção no direito positivo brasileiro. Ordem econômica internacional e regional. Aspectos da ordem econômica internacional. Definição. Normas: direito econômico internacional. Aspectos da ordem econômica regional. Definição. Normas: direito econômico regional - MERCOSUL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL Ponto 1: Jurisdição: contenciosa e voluntária. Órgãos da jurisdição. Julgamento conforme o estado do processo. Execução contra a fazenda pública. Mandado de injunção. 36. Habeas data. Ponto 2: Ação: conceito e natureza jurídica. Condições da ação. Classificação das ações. Audiência de instrução e julgamento. Prova. Princípios gerais. Ônus da prova. Ponto 3: Processo. Conceito. Natureza jurídica. Princípios fundamentais. Pressupostos processuais. Procedimento. Sentença. Embargos à execução. Ação de despejo e renovatória. Ação de desapropriação. Ações possessórias. Medidas cautelares. Ponto 4: Competência: absoluta e relativa. Competência internacional. Homologação de sentença estrangeira. Carta rogatória. Coisa julgada formal e material. Preclusão. Cumprimento de Sentença. Duplo grau de jurisdição. Ponto 5: Partes. Capacidade e legitimidade. Substituição processual. Recursos (apelação e agravo de instrumento) Reclamação e correição. Ministério Público no processo civil. Ponto 6: Litisconsórcio. Ação rescisória. Execução de obrigação de fazer e de não fazer. Ação popular e ação civil pública. Ação declaratória. Declaratória incidental. Juizados especiais. Recursos (embargos de declaração e agravo interno). Ponto 7: Intervenção de terceiros. Ação monitória. Execução. Regras gerais. Partes. Competência. Responsabilidade patrimonial. Usucapião. Ação de consignação em pagamento. Ação cível originária nos tribunais. Recursos (Recurso Especial, Recurso Extraordinário e Embargos de Divergência). Ponto 8: Formação,

suspensão e extinção do processo. Petição inicial. Requisitos. Inépcia da petição inicial. Pedido. Cumulação e espécies de pedido. Liquidação de sentença. Título executivo judicial e extrajudicial. Ponto 9: Atos processuais. Tempo e lugar dos atos processuais. Comunicação dos atos processuais. Citação e intimação. Despesas processuais e honorários advocatícios. Execução por quantia certa contra devedor solvente e contra devedor insolvente. Embargos de terceiro. Ponto 10: Resposta do réu: contestação e reconvenção. Revelia. Efeitos da revelia. Execução para entrega de coisa. Mandado de segurança. Tutela antecipada e tutela específica. Execução Fiscal. DIREITO TRIBUTÁRIO Ponto 1: 1. O Estado e o poder de tributar. 2. Direito tributário: conceito, fontes e princípios; relações entre o Direito Tributário e o Direito Privado. 3. Conceitos tributários constitucionais: concepções; jurisprudência do STF 4. Código Tributário Nacional: normas gerais de direito tributário. Ponto 2: 5. Norma tributária: natureza; espécies; vigência e aplicação; interpretação e integração; tratados e convenções internacionais e legislação interna. 6. Legalidade tributária: conteúdo; concepções. 7. Tributo: conceito e espécies. 13. Sistema Tributário Nacional: princípios gerais; limitações do poder de tributar. Ponto 3: 8. Obrigação tributária: conceito; espécies; fato gerador (hipótese de incidência); sujeitos ativo e passivo; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário. 10. Responsabilidade tributária: responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem; solidariedade e sucessão; responsabilidade pessoal e de terceiros; responsabilidade supletiva. Ponto 4: 9. Crédito tributário: conceito; natureza; lançamento; revisão; suspensão, extinção e exclusão; prescrição e decadência; repetição do indébito. Ponto 5: 11. Garantias e privilégios do crédito tributário. 12. Administração Tributária: fiscalização; dívida ativa; certidões e cadastro; sigilo fiscal e prestação de informações. 17. Processo Administrativo Fiscal; arrolamento de bens e direitos. 18. Processo Judicial Tributário; ações do Fisco contra o contribuinte; ações do contribuinte contra o Fisco. Ponto 6: 14. Impostos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios; repartição das receitas tributárias; imunidades: hipóteses e regulamentação. 15. jurisprudência do STF; modulação dos efeitos temporais das decisões do STF em matéria tributária; coisa julgada em matéria tributária. 16. Tributação internacional; acordos para evitar a dupla tributação. Ponto 7: 19. CADIN. 20. FUNDAF. 21. Encargo Legal. 22. Programa de Recuperação Fiscal - REFIS. 23. Parcelamento Ordinário, Especial - PAES e Extraordinário - PAEX. 24. Lei nº 11.941, de 27/05/2009, e alterações. 25. Lei nº 11.457, de 16/03/2007, e alterações. 26. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. 27. Lei Complementar nº 105, de 10/01/2001. 28. Sistema Integrado de Pagamento de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES (Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e alterações). Ponto 8: 29. Impostos federais: fato gerador; base de cálculo; contribuintes. Ponto 9: 30. Contribuições Sociais: fato gerador; base de cálculo; contribuintes; contribuições de intervenção no domínio econômico; contribuições corporativas; contribuições de seguridade social. Ponto 10: 31. Taxas e preços públicos; taxas contratuais e facultativas. 32. Preço de Transferência. 33. Tributação no regime falimentar. 34. Política fiscal; abuso de formas; interpretação econômica do Direito Tributário. 35. Planejamento Tributário.